

A República na Cidade Planos e projectos para Guimarães, 1910-1926*

* Este ensaio sustenta-se na investigação efectuada com vista ao catálogo da Exposição que, com idêntico título, esteve patente no segundo semestre de 2010 no Arquivo Histórico Municipal Alfredo Pimenta. O autor agradece todo o estímulo e apoio logístico recebido da parte da Directora do Arquivo, Dr.ª Alexandra Marques, e o concurso do Dr. Pedro Costa, técnico do mesmo arquivo, na pesquisa relativa a projectos de obras e às biografias dos intervenientes.

João B. Serra

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Leiria. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A intervenção urbanística constituiu uma prioridade política durante todo o curto período de vida do regime republicano em Guimarães. Trata-se de uma preocupação que tem antecedentes em projectos formulados ao longo da segunda metade do século XIX por protagonistas municipais vimaranenses, às quais o republicanismo acrescenta o entendimento próprio de problemas específicos.

A atribuição do estatuto de cidade à vila de Guimarães, em 1853, criara um quadro de exigências novo à Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela concepção e pela dinamização da modernidade urbana. Temas como a melhoria das condições de higiene e salubridade, a regularização dos arruamentos, a promoção de fluidez na circulação, a criação de novos equipamentos designadamente de ensino, cultura e administração, ganharam palco e urgência. Além disso, a previsão de uma área de expansão urbana foi progressivamente entrando na ordem do dia.

Por outro lado, o republicanismo, que fizera da descentralização e do municipalismo uma das traves mestras do seu programa político, não podia deixar de sublinhar o papel das câmaras municipais nesse movimento de regeneração da cidade antiga e projecção de uma nova cidade, aberta ao progresso e à civilização. A tradução destes princípios na acção da Câmara Municipal de Guimarães principiou a fazer-se sentir ainda no decurso do processo de mudança republicana nos órgãos municipais.

Transição

O caso de Guimarães não diferiu substancialmente, apesar das suas singularidades, do modelo de transição estudado para outras localidades do país. Há no entanto a registar que a substituição das autoridades locais monárquicas principiou pela Administração do Concelho (a 7 de Outubro, Eduardo de Almeida), só se tendo consumado a posse de um executivo municipal republicano a 26 de Outubro .

As primeiras deliberações republicanas de impacte público foram tomadas a 2 de Novembro. A esta viragem não deverá ser estranha a consagração então verificada de Mariano Rocha Felgueiras como número dois do Executivo. Nascido em 1884, Felgueiras, além de inegáveis competências pessoais, trouxe ao Executivo uma visão política, bem patente nos considerandos da moção sobre alterações toponímicas que fez aprovar na sessão camarária desse dia 2: “Considerando que é de toda a conveniência solenizar tanto quanto possível e por todos os meios legítimos a proclamação da República em Portugal e banir de imerecidíssima consideração tudo quanto diga respeito a individualidades ou instituições que se não fora a Revolução acabariam por fazer soçobrar ingloriamente a antiga e heróica nação portuguesa”. Com Mariano Felgueiras é o Partido Republicano Português que emerge na vida política municipal, com a sua liderança e a sua orientação estratégica.

Outras medidas de alcance urbanístico são então tomadas: a remodelação dos serviços de limpeza municipal (de forma a combater os altos níveis da mortalidade do concelho), um pedido ao Governo de cedência da “Casa dos Jesuítas” para instalação das repartições públicas do concelho, a remoção das grades do “jardim do Toural” e a encomenda ao Engenheiro da Câmara (em conjugação com o Sub-delegado de Saúde) de um “plano geral para o aformoseamento da cidade, no qual sejam indicados quais os alargamentos e alinhamentos de ruas, largos, etc. a que seja conveniente proceder-se”.

O plano de acção da Câmara republicana, tal como decorre das deliberações acolhidas nas actas das reuniões da vereação, não é o resultado da aplicação de um programa previamente equacionado. Ao longo de um ano, podemos, no entanto, perceber as principais preocupações e a orientação adoptada para lhes dar sequência. Há temas onde transparece uma perspectiva ideológica, outros que são impostos pelas circunstâncias. A grande maioria traduz a necessidade de encontrar respostas políticas concretas às expectativas sociais da base republicana vimaranense.

As alterações toponímias arrastar-se-ão por algumas reuniões. Nem todas as mudanças iniciais terão sido bem recebidas por comerciantes e moradores e houve por isso que proceder a correcções. Na mesma linha de intervenções no plano do simbólico, inserem-se as decisões relativas a feriados e festas. O ano de 1911 surgia como o do centenário de Afonso Henriques, e os republicanos não quiseram passar à margem da efeméride. Em Março, a Câmara, com o apoio da Associação Comercial propõe ao Governo que o dia 1 de Agosto de 1911, dia do nascimento “do primeiro vimaranense e do primeiro português”, seja considerado dia de Festa Nacional, pedindo que nessa data sejam cunhadas moedas e emitidos selos alusivos ao 8º centenário do nascimento do primeiro Rei e cujo produto reverteria para as obras no castelo de Guimarães. Para ambas as proponentes importa que a celebração do “grande fundador da nacionalidade portuguesa” possa ser uma “festa que não será então só da cidade mas de todo o País porque é a solenização da pátria”.

O problema da integridade do concelho – com as ameaças de secessão de algumas freguesias para constituírem os concelhos de Caldas de Vizela e Riba de Ave – mobilizam a atenção política dos vereadores. E, do mesmo modo, a hipótese de transferência do Regimento de Infantaria 20.

As comemorações centenárias afonsinas constituirão o ensejo para uma intervenção urbanística significativa no Campo do Toural (para o qual seria transferida da Alameda a estátua do Rei esculpida por Soares dos Reis) e ruas adjacentes. A aprovação da Lei da Separação criará uma oportunidade para a passagem à administração pública – local ou central – de um conjunto significativo de edifícios, como a Casa das Doroteias, a Casa dos Jesuítas, o Convento das Capuchinhas, o Convento de Santa Rosa de Cima. Para todos eles o Executivo propõe ou projecta a criação de um área de habitação social destinado ao operariado urbano, e a instalação de novos serviços de comunicações ou escolares.

A prioridade à educação é sublinhada não apenas nas movimentações relativas à reafecção dos edifícios libertados pela Separação, mas também noutro tipo de medidas, como a relativa às cantinas, ou à educação popular.

O primeiro executivo republicano procurou melhorar a circulação na cidade histórica e o abastecimento de água às áreas de expansão urbana. Em muitos pontos o casco antigo apresentava riscos de segurança e obstáculos ao trânsito de pessoas e veículos. Sempre que as possibilidade de demolição não eram contrariadas por indemnizações, a Câmara optou por aquela forma de regeneração da cidade.

Em suma, definem novos instrumentos urbanísticos para Guimarães: um plano de modernização para as áreas extramuros, com intervenções concretas no novo centro cívico, o Toural, e regularização de alguns espaços públicos do casco velho.

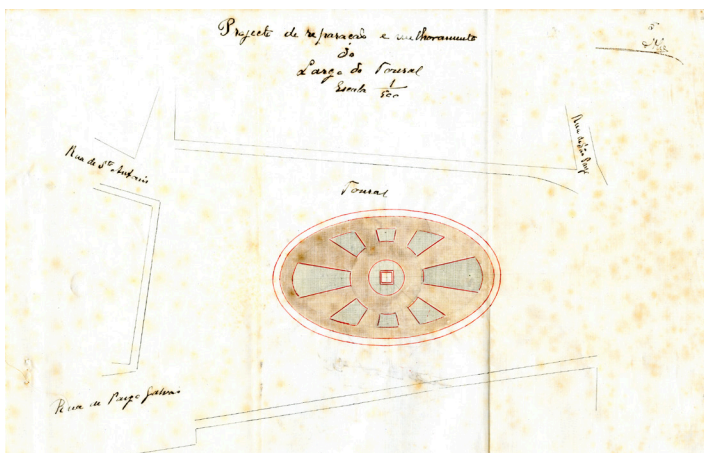
Ao longo dos quinze anos subsequentes, as diversas Câmaras Republicanas retomarão e desenvolverão as indicações precedentes. Podemos agrupar as medidas tomadas durante este período em torno das seguintes áreas de intervenção.

Áreas de intervenção urbanística

A consulta da documentação conservada no Arquivo Municipal permitiu identificar os seguintes centros de atenção urbanística dos diversos executivos municipais durante a Primeira República:

Praça D. Afonso Henriques e Passeio da Independência

Centro social e comercial da cidade, o Toural, foi objecto de intervenção da vereação republicana logo na sessão de 2 de Novembro de 1910, na qual foi deliberado retirar as grades de protecção do jardim. A nova Câmara investia assim no papel simbólico da praça. Espaço público, doravante aberto à fruição de todos os cidadãos, tomaria logo em seguida uma nova designação e uma função evocativa e celebratória. Nas comemorações afonsinas de Agosto de 1911, a estátua do Rei Fundador seria transferida para o Toural, entretanto transformado em “Passeio” e designada Praça do Fundador de Portugal (e pouco depois Praça do Libertador de Portugal). O Campo contíguo [S. Dâmaso] anteriormente Praça Afonso Henriques, cedeu a estátua de Soares dos Reis e, depois de ajardinado, foi rebaptizada Passeio da Independência.

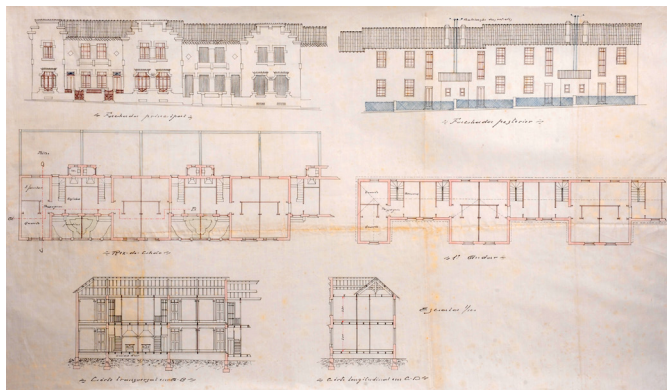


Planta do projecto de reparação e melhoramento do Campo do Toural. (1911).
Cota: AMAP - 6-58-1-3-1

Largo de São Paio

A configuração deste espaço característico do “emaranhado medieval” já tinha sido criticada no século XIX, por contrária aos princípios da salubridade e da segurança. Ali se localizavam os albergues do Anjo e de Nossa Senhora do Serviço, construções que há muito ameaçavam ruína. Em 1911, a Câmara iniciou a demolição do primeiro, seguindo-se mais tarde a do segundo e a da própria Igreja de S. Paio, bem como a expropriação de habitações. Deste conjunto de operações resultou uma praça moderna, “ampla e arejada”, para a cidade.

contemplava também uma nova Praça Municipal e os novos Paços do Concelho. No Estado Novo, o projecto do bairro operário foi abandonado e substituído pelo de um bairro económico.

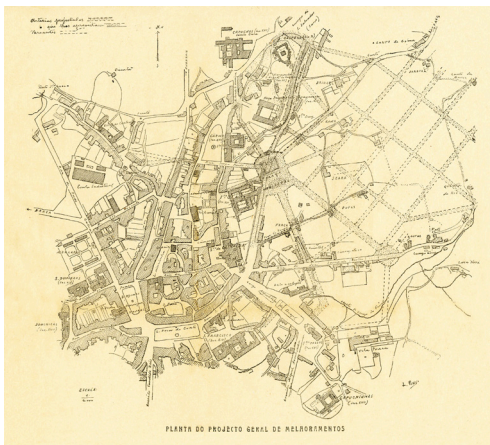


Planta do projecto para a construção de um bairro de casas baratas. [1916].
Cota: AMAP- 6-58-2-1-2

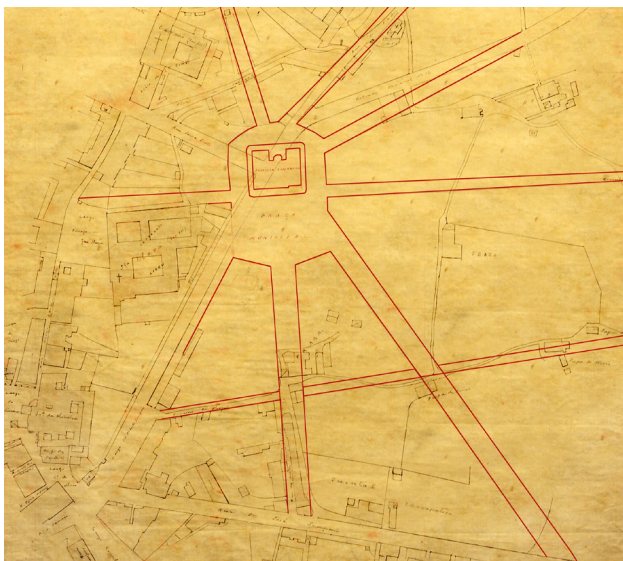
Plano de Alargamento da Cidade

“A cidade asfixia dentro das vielas, que eram ruas, há séculos; os seus habitantes não têm terreno com luz e sol onde possam construir as suas habitações. Não se podia nem devia arrasar a velha cidade, para a reconstruir sob um novo plano. Mas pode e deve-se, conservando-se o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional, abrir-lhe caminho, livre e amplo, por onde possa alargar-se e crescer”. É com este fundamento que a Câmara presidida por Mariano Felgueiras aprova, em 1925, um Plano Geral de Alargamento da Cidade baseado numa planta da autoria do capitão vimaranense Luís de Pina. A nova área de expansão servia também os planos de implantação dos novos Paços do Concelho e do Bairro Operário.

Este plano não se realizou na sua totalidade. No entanto, a actual Praça de Mumadona e o agora chamado Bairro do Liceu são resultantes desse grande desígnio urbanístico.



Planta do projecto geral de melhoramentos. [1923-1925].
Cota: FL351 ALA.



Planta parcial do projecto geral de melhoramentos. [1923-1925].
Cota: AMAP – 6-58-2-1

Conclusão

Uma das frentes que suscitou aos responsáveis republicanos a elaboração de planos e intervenções muito significativos foi a dos espaços públicos: Largo do Toural e Largo Afonso Henriques – agora colocados sobre a égide de Afonso Henriques, o Libertador, e da Independência –, Largo de São Paio, Praça de São Tiago, Parque do Castelo. A capacidade de realização dos projectos foi nalguns casos travada pelas dificuldades em efectivar as necessárias expropriações, mas podemos verificar que algumas destas propostas vieram a ser concretizadas mais tarde.

A execução de uma das grandes reformas da República, a Lei da Separação entre o Estado e as Igrejas, originou a entrada na posse do Estado de grandes edificações anteriormente afectas a instituições tuteladas pela Igreja Católica. A Câmara equacionou a nova situação, propondo a reafecção daqueles espaços à instalação de equipamentos de carácter social ou aos novos serviços de segurança, como foi o caso da Guarda Nacional Republicana, criada em 1911.

Uma velha aspiração vimaranense, aliás comum a outras vilas e cidades portuguesas, era a de dispor de um edifício administrativo moderno onde pudessem ser instalados serviços públicos ligados à administração financeira e patrimonial e aos serviços judiciários. A República, por via da referida Separação, acrescentou-lhes o Registo Civil. Por outro lado, a República, reivindicando um edifício condigno para sede do novo poder municipal, concebeu o projecto de um Palácio do Concelho que desse guarida também aos serviços estatais. Poderemos acompanhar nesta exposição as vicissitudes pelas quais passou o plano dos novos Paços do Concelho durante o período republicano.

Guimarães crescera, nas últimas décadas, sobretudo em resultado da industrialização e da melhoria dos sistemas de circulação de bens e pessoas com a região e o resto do país. Entre 1900 e 1930, a área urbana reagiu sempre com mais intensidade demográfica à situação do que

a área rural envolvente. As oscilações populacionais são sempre mais vincadas na cidade do que no resto do concelho: a cidade cresceu mais entre 1900 e 1911, e 1920 e 1930, mas também perdeu mais população entre 1911 e 1920 (devido à Guerra de 1914-1918 e à pneumónica de 1918). As autoridades municipais republicanas perceberam esse movimento forte, com impacte social.

Retomaram o projecto dos anos 60 do século XIX de edificação de um bairro operário, que respondesse aos problemas de habitação dos trabalhadores da indústria, vivendo na sua maioria em condições habitacionais degradantes. Nos anos 1920, a Câmara Republicana fixou um Plano de Alargamento da Cidade, com o qual pretendeu dar resposta aos principais desafios urbanísticos: espaços públicos e áreas habitacionais de acordo com as exigências cívicas, de conforto e salubridade modernas; instalação de um bairro operário dimensionado para as necessidades da indústria; edifício dos Paços do Concelho e das repartições públicas. Uma nova Guimarães devia surgir no exterior da muralha, na área onde se localizava a estrada de Fafe, partindo do Campo da Feira e das Ruas José Sampaio e Serpa Pinto. A ampliação do tecido urbano constituiria também uma oportunidade para, ao lado da cidade antiga, com os seus valores tradicionais, promover os valores estéticos, de segurança e higiene, de abastecimento e circulação da cidade moderna.

“Este plano pode – escreveu o seu autor, o vimaranense Luís de Pina – por circunstâncias quaisquer, vir a sofrer modificações ou variantes; mas a ideia que presidiu à sua elaboração não foi divorciada de motivos de ordem topográfica, de exigência estética, de medida económica, de fáceis ligações com o existente. Ela é a Guimarães moderna, é a cidade futura, é, finalmente, o seu progresso, a sua vida, cantados no seu entusiástico hino”.

Bibliografia

António Cardoso Pinheiro de Carvalho, *O Arquitecto Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do Pais na Primeira Metade do Século XX*. Porto, 1992.

Bernardo José Ferrão, José Ferrão Afonso, *A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do seu Património Edificado*. <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470409.pdf>

Centenário de Mariano Felgueiras. Guimarães, Câmara Municipal, 1987.

João B. Serra, “Élites locais e competição eleitoral em 1911”. *Análise Social*, vol. XXIII (95), 1987-1.º, 59-95.

Manuel Alves de Oliveira, *A Cidade de Guimarães no século XIX num Plano de Urbanização*, in *Guimarães do Passado e do Presente*. Guimarães, Câmara Municipal, 1985. P. 16-37.

Mário Gonçalves Fernandes, “Novas Notas para a História da Cartografia Urbana e para a Morfologia Urbana de Guimarães”, in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, Câmara Municipal, 2009, p. 117-132.

Mário Gonçalves Fernandes, *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto, FAUP, 2005.

Raul Rocha, *Guimarães no Século XX*. Vol. I (1900-1940). Guimarães, O Povo de Guimarães, 2010.

República na Cidade. Planos e Projectos para Guimarães, 1910-1926. Catálogo de Exposição. Guimarães, Câmara Municipal/Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2010.

Sobre a República em Guimarães. Vols I e II. Guimarães, C. A. R., 1993 e 1995.